
Conselhos Municipais de Assistência Social e controle social

City Councils: Social Assistance and Social Control

Jacqueline Oliveira da Silva¹

jacquelines@unisinos.br

Sônia Mercedes Lenhard Bredemeier²

soniab@unisinos.br

Maria Cristina Illanez Valenzuela³

mcristina@unisinos.br

Resumo

O artigo discute os resultados de pesquisa realizada através do estudo de caso dos conselhos municipais de assistência social nos municípios de São Leopoldo e Santo Antônio da Patrulha. Esses municípios compuseram a amostra de pesquisa nacional “Conselhos municipais de Assistência Social e Ampliação da Cidadania”, coordenada pela UCPEL – Universidade Católica de Pelotas e pela Cáritas Brasileira. As autoras focam a discussão nas formas de controle social realizada nesses municípios identificando, a partir da análise de atas e questionários, a existência de diferentes tipos de controle social por parte dos conselhos. Constatam, ainda, em relação às ações de controle social, as diferenças de porte dos municípios não é substantiva. Os resultados de pesquisa analisados, em relação a outros estudos, indicam a necessidade da retomada da teoria.

Palavras-chave: conselhos municipais, controle social, participação.

Abstract

This paper discusses the results of a case study research about councils of social assistance in the cities of São Leopoldo and Santo Antônio da Patrulha, RS, Brazil. Those cities were part of the national research **City councils and social assistance and broadening of citizenship** coordinated by UCPEL – Catholic University of Pelotas and Brazilian Cáritas. The authors focus the discussion in the forms of social control made in such cities. They identify as well, through analysis of minutes and questionnaires that, when it comes to actions of social control, the difference of size of the cities is not substantial. The research results, in comparison to previous studies, indicate the need of revision of theory.

Key words: city councils, social control, participation.

¹ Doutora em Educação PUC-RS, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Unisinos, RS, Brasil.

² Doutora em Serviços Social, PUC-RS, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Unisinos, RS, Brasil.

³ Mestre em Educação, PUC-RS, Professora do Bacharelado de Serviços Social, Unisinos, RS, Brasil.

Introdução

As ações da sociedade civil em torno do controle das políticas sociais tem sido desafio permanente dos agentes sociais comprometidos com a garantia dos direitos sociais de toda a população e pauta dos planos de intervenção de inúmeras organizações não-governamentais, apontando exigências para melhor compreender e qualificar os processos de exercício do controle social, com vistas a garantir a ampliação da cidadania brasileira. Em que pese às amplas possibilidades de análise teórica sobre o controle social desde os autores clássicos aos de nosso tempo, que já tomam como referência empírica os processos de reforma e ou de transformação estrutural do Estado na contemporaneidade (Habermas, 1995; Avritzer, 2000; Cohen e Arato, 2000; Castells, 1999), optamos neste artigo, pelo uso da definição normativa contida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Esta opção se deve ao fato de que nas pesquisas sobre área de Assistência Social, esta referência é quase uma convenção no discurso acadêmico militante, não havendo aqui, o espaço necessário para debatê-lo adequadamente.

Conforme a PNAS,

o controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (PNAS, 2004, p. 56).

A concepção de controle social presente no PNAS traz em seu bojo a participação da sociedade principalmente enquanto práticas de vigilância e controle sobre o Estado. Sousa (2003), ao analisar esse tipo de controle social refere que o mesmo está alicerçado em uma realidade que combina a exclusão social e um Estado marcado pela herança secular do clientelismo e privatismo do Estado brasileiro. Esta combinação tem particular magnitude nas questões que envolvem a assistência social no Brasil, apresentando características peculiares, já que população usuária dos serviços sociais constitui-se historicamente em objeto de práticas tutelares, assistencialistas e paternalistas, contrárias à cidadania, largamente abordada por diferentes autores a partir da década de 1980 (Faleiros, 1982; Sposati, 1989; Yasbeck, 1993; Fleury, 1994; Demo, 1995; dentre outros).

A PNAS entende como público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em

situações de vulnerabilidade e riscos, propondo ações que permitam aos usuários usufruir a “proteção social básica” cumprindo com os objetivos de prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nestes objetivos inclui-se a expectativa de participação de organizações dos usuários nos mecanismos de gestão desta política em todos os níveis da federação, os *conselhos*.

Inseridos no contexto de descentralização do Estado brasileiro, os conselhos municipais se organizam em territórios para onde convergem diferentes indicadores e forças sociais ativas, compondo as dinâmicas de poder local. A configuração dos conselhos encontra-se, assim, mediada pelas características dos municípios onde suas ações se realizam.

A proposta deste artigo é discutir o controle social na Política de Assistência, a partir do estudo de caso de dois municípios de portes diferentes, localizados na região do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. A pesquisa que fundamenta estas discussões compõe a amostra do projeto nacional *Controle social, política de assistência social e ampliação da cidadania*, coordenada nacionalmente pela Cáritas Brasileira e pela Universidade Católica de Pelotas, com o apóio do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), cujo objetivo foi “analisar de que forma o exercício do controle social na política de assistência social pode interferir para a ampliação da cidadania e na construção de um novo projeto societário” (Silva *et al.*, 2002). A pesquisa no vale do rio dos Sinos foi realizada pelo Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Terceiro Setor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Os conselhos estudados localizavam-se nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e São Leopoldo. Caracterizados como de pequeno e grande porte respectivamente, como demonstram os indicadores aqui brevemente elencados.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², em 2000, Santo Antônio da Patrulha conta com uma população total de 38.590 habitantes dos quais 36,59% permanecem na zona rural e 63,41% residem na zona urbana. Sua área é de 1.048,90 quilômetros e quadrados e a densidade demográfica é de 36,7 habitantes por quilômetro quadrado. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,77 e a taxa de analfabetismo é de 12,97%. A expectativa de vida é de 72,49 anos. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de 8.471 reais.

Para o mesmo período, São Leopoldo conta com uma população de 207.888 habitantes, dos quais 207.306 residem na zona urbana e somente 582 na zona rural. Sua área é de

² Dados disponíveis na *home page* do IBGE (www.ibge.gov.br).

102,3 quilômetros quadrados, com densidade demográfica de 2.091,94 habitantes por quilômetro quadrado. O seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,805, sendo a taxa de analfabetismo 4,78% e a expectativa de vida de 69 anos. O PIB per capita é de 7.429 reais³.

A definição de porte aqui utilizada está contida na PNAS (2004) que classifica como município de pequeno porte aqueles com populações entre 20.001 e 50.000 habitantes (média entre 5.000 a 10.000). A população rural estimada para um município de pequeno porte é da ordem de 45% sobre o total de habitantes. Esses municípios, conforme a Política Nacional de Assistência Social estabelecem relações de referencialidade com aqueles de maior porte existentes na região em que se localizam. Os municípios de pequeno porte para a PNAS, “devem contar apenas com uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e as redes assistenciais não justificam serviços de natureza complexa” (PNAS, 2004, p. 49).

As características de territorialidade e porte dos municípios são, portanto, eixos estruturantes da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por constituir-se o território em um dos sustentáculos para a descentralização político-administrativa e financeira da Assistência Social, sendo parâmetro inclusive, para as configurações dos serviços. O PNAS justifica essa direção levando em conta a heterogeneidade existente entre os municípios brasileiros.

Metodologia

Para os fins a que se propõe este artigo privilegiaremos a discussão dos resultados obtidos através do questionário e da análise das atas. O questionário auto-aplicável foi composto de 18 questões e seu preenchimento demonstrou algumas dificuldades quanto a sua interpretação, em especial daquelas questões que se referiam ao plano e ao fundo municipal de assistência social em seus municípios, condição política e normativa para a existência do conselho. O questionário foi elaborado pela equipe nacional e padronizado para os municípios que compuseram a amostra no Brasil.

O uso das atas como fonte, foi opção da equipe da Unisinos em que pese a relativização necessária à sua fidedignidade como fonte, pelo fato de sua construção se dar em tempos diferentes. A construção metodológica do estudo das atas exigiu da equipe de pesquisa uma primeira análise a fim de identificar as diferenças de formato e estilo dos textos (descritivo e burocrático) e estabelecer um roteiro que orientassem esta etapa de investigação, sem desconsiderar

os objetivos propostos no projeto nacional da pesquisa. Este procedimento foi uma exigência metodológica nos padrões definidos por Selltiz (1974).

Para analisar os as atas, valemo-nos das técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 1979; Minayo, 1994) na medida em que essas possibilitam, uma apropriação qualitativa e sistemática do material coletado.

O estudo detalhado dos indicadores econômicos e sociais dos dois municípios (Silva *et al.*, 2005), dadas as suas diferenças de porte e a sistematização prévia dos resultados obtidos através do questionário também foram úteis para orientar a busca e análise das atas de cada um dos conselhos. As atas analisadas referiam-se ao ano de 2003. O questionário foi preenchido pela totalidade dos conselheiros em ambos os municípios.

Resultados e discussão

Quanto às características dos conselheiros, os dados levantados pelo questionário não apresentaram diferenças substantivas. Em ambos conselhos, observou-se que seus membros são em maioria do sexo feminino, apontando para a inserção da mulher nestes espaços, condição que até pouco tempo não era permitida a esse gênero. Por outro lado, revela um desafio a ser enfrentado no que tange ao posicionamento próativo das mulheres em âmbito local (Tovar, 2005).

Quanto às distinções etárias, em ambos os casos as idades concentram-se entre os 35 e 54 anos. Esta característica denota que nestes conselhos se encontram presentes indivíduos que têm boa parte de sua história ligada a superação dos «anos de chumbo» e ao processo de redemocratização do país. Deste ponto de vista, a atuação nos conselhos oportuniza uma retomada das práticas de participação política local.

Quanto ao item instrução, os conselheiros encontram-se entre o 1º grau completo e o 2º grau incompleto. Apenas 12,6 % do total de conselheiros possui o segundo grau concluído. Os conselheiros apresentam um nível de escolarização que os distancia, neste quesito, de outros estudos sobre os conselhos de políticas públicas, cuja tendência aponta para a conclusão do segundo grau.

Quanto ao ano de ingresso no conselho, a concentração maior é no ano de 2000. Cabe aqui apontar que esse também é ano de implantação plena dos conselhos municipais de assistência social no Rio Grande do Sul. Em ambos municípios a maioria dos conselheiros encontra-se no terceiro mandato, o que reforça a idéia de pouca renovação nos conselhos, já apontada em estudos anteriores realizadas por outras equipes do Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Terceiro

³ Dados disponíveis na *home page* do IBGE (www.ibge.gov.br).

Setor (Silva, 2001; 2002). Há vantagens e desvantagens decorrentes da pouca rotatividade dos conselheiros. Se por um lado, com o acúmulo de experiência ampliam-se as possibilidades de participação ativa, particularmente da sociedade civil, esta tendência pode também cristalizar uma “profissionalização” da representação nos conselhos, potencializando o burocratismo e o conservadorismo. Corrobora esse risco, a destacada negativa dos conselheiros ao indicar no questionário a sua participação em movimentos e mobilizações reivindicatórias em ambos municípios. A inserção no espaço público, por parte dos conselheiros, restringe-se ao conselho. Esse dado aponta para a pequena presença de uma cultura participativa no interior dos conselhos municipais de assistência social e sua desarticulação no interior da política local.

Quanto ao processo de composição dos conselhos, há uma grande diferenciação entre os dois municípios. São Leopoldo apresenta 60% de seus conselheiros escolhidos por votação, enquanto em Santo Antonio da Patrulha o percentual de eleitos cai para 18,1%. O restante é “indicado” pelo presidente ou pela diretoria da organização que representará no conselho. De composição *tripartite* (governo, prestadores de serviços e usuários) e paritária, há conselheiros vinculados aos três setores representados que não possuem nenhum poder decisório nas suas entidades e outros que são alheios à questão da assistência social.

As percepções sobre os impactos das decisões tomadas pelo Conselho no município são outra diferença entre os dois conselhos. Em São Leopoldo, a abstenção nesse item chegou a 70 %, enquanto que em Santo Antônio da Patrulha não houve abstenção. Todos os conselheiros responderam à questão afirmativamente. Contudo, não conseguem identificar quais decisões foram estas que repercutiram no município ou em outros âmbitos. Observa-se aqui uma legitimação *de jure* mais não *de facto* do poder político do conselho.

No que tange à análise das atas dos conselhos, observou-se que seus registros mostram o elenco temático que lhes dá vida, além de reconhecimento e legitimidade institucional. As atas demonstraram ser, portanto, uma fonte ímpar para o estudo do controle social e de suas dinâmicas.

Os documentos demonstraram a assídua presença dos representantes do governo municipal, concentrando-se as ausências entre os representantes dos usuários e prestadores de serviço. Os eventos que ocupam grande parte dos esforços dos conselheiros são as Conferências Municipais de Assistência Social, que consomem grande parte das reuniões extraordinárias que ocorreram em ambos municípios. Observou-se um grande número de assembléias extraordinárias indicando falta de planejamento da agenda dos conselhos, fato que implica muitas vezes na baixa frequência de conselheiros não governamentais, já que acontecem em horários e dias que não são previstos com antecedência, criando impedimentos ao comparecimen-

to do conselheiro, como por exemplo, liberação do trabalho. Nesses casos o quorum das reuniões é baixo, mas suficiente para aprovação de decisões, garantindo o fluxo administrativo-financeiro das prefeituras neste setor. Não foram encontradas nas atas seqüências de relatos que caracterizassem processos de decisões programadas e continuadas.

Na análise das atas procuramos identificar a prioridade dada aos temas abordados, às iniciativas de controle social referenciadas na PNAS (2004), à proposição de projetos pelos conselheiros e as expressões de conhecimento da Política de Assistência Social, incluindo das decisões que não passam pelo conselho.

A investigação nos permitiu constatar, em relação às atas, que o poder de direção nestes conselhos é exercido predominantemente pelos representantes do governo. O fato de terem acesso privilegiado às informações sobre programas e recursos confere-lhes a condução das pautas e decisões nos conselhos estudados. A principal fonte de informações sobre a Política de Assistência Social que os conselheiros têm como referência são as Secretarias Municipais de Assistência Social e seus profissionais, fato que também se apresenta em conselhos de outras políticas setoriais (Vianna, 1995; Raichelis, 1998; Silva, 1998, 1999, 2001, 2002; Sousa, 2003; Bredemeier, 2003).

Os relatos sobre a destinação de recursos financeiros, que são muitas vezes definidores da sobrevivência das entidades representadas, se traduzem em negociações entre os próprios conselheiros, com rara presença de outros demandantes. Aqui, tem-se uma clara manifestação dos conselhos como representação de grupos de interesse, em detrimento de suas funções de controle do Estado, preconizadas pelo sistema em que pese na composição *tripartite* haver um equilíbrio numérico entre os representantes dos governos e daqueles a quem passou-se a denominar genericamente no discurso acadêmico-militante de sociedade civil (Pies, 2005).

Os temas agendados são típicos dos fluxos previstos na política de assistência social. São encontradas nas atas, informações sobre a gestão da política de assistência nos municípios; a organização de conferências municipais de assistência e suas pautas, a aprovação do plano municipal de assistência; a apreciação e aprovação de projetos das entidades.

Na agenda também são encontradas solicitações de esclarecimentos sobre as atribuições do conselho municipal e sobre a origem dos recursos financeiros e seu repasse ao Fundo Municipal de Assistência. A preocupação com as verbas aparece ainda vinculada a aspectos referentes à rede sócio-assistencial cujos problemas fazem parte do dia-a-dia do conselho. Mais explicitamente, no que diz respeito às necessidades de serviços para a zona rural (Santo Antônio da Patrulha) e para os conglomerados urbanos favelizados (São Leopoldo) onde se concentra boa parte da população em situação de vulnerabilidade

As atas expressam o conhecimento dos conselheiros quanto às competências do gestor e a necessidade qualificação do processo de gestão através de pesquisas sociais e da própria capacitação dos conselheiros. As atas indicam ainda a presença de comissões internas como mecanismos de racionalidade na ação dos conselhos. Essas comissões cumprem tarefas de estudo e sistematização de documentos, de organização de eventos e campanhas.

Tendo como referência às idéias sobre controle social que orientam este artigo, foram identificadas nas atas iniciativas com o objetivo de alcançá-lo em diferentes direções.

Do gestor estadual sobre o gestor municipal; do conselho municipal sobre o gestor municipal; do conselho municipal sobre o gestor estadual e municipal; do conselho municipal sobre o gestor estadual; do conselho municipal sobre a sociedade civil e sobre o gestor municipal; do gestor estadual sobre o conselho municipal e gestor municipal; do gestor federal sobre os prestadores de serviços.

Essa configuração indica que o controle social não é uma prerrogativa apenas da sociedade civil sobre o Estado, como preconiza o PNAS, ocorrendo nos conselhos práticas para onde confluem vários atores e interesses. As atas indicaram que as dinâmicas dos conselhos na política de assistência social são perpassadas pelas especificidades e pelos interesses das entidades representadas, não havendo conexão entre os procedimentos de decisão, em geral consensuados, e procedimentos de análise da realidade local. As atas permitem levantar a hipótese, para estudos futuros, de que na Política de Assistência Social há um conjunto de dinâmicas cuja centralidade é dada por uma espécie de rodízio entre as entidades que receberão os recursos. A definição de metas, da qual participam os conselheiros, se traduz em negociações que, feitas num contexto de escassez de recursos onde discutir e posicionar questões relacionadas a orçamentos, projetos e contrapartidas, potencializam tanto o compadrio, quanto à competição entre os conselheiros. Não se trata aqui de alianças firmadas em torno de projetos estratégicos, mas de arranjos imediatistas e pragmáticos. Os resultados desta pesquisa, nesses aspectos, corroboram o desafio proposto por Vieira (2001), ao interrogar quem controla a sociedade civil. Reiterando a necessidade já apontada pelas autoras, de retomada teórica dos conceitos de Sociedade Civil e de Controle Social (Silva *et al.*, 2006).

Os dados obtidos através da pesquisa nos dois municípios, quando entrecruzados, indicou a presença de diferenças quanto ao controle social nos conselhos, em que pese a ratificação por parte dos conselheiros da proposição do PNAS (2004). O controle social nos conselhos estudados é caracterizado pela busca de informações quanto os repasses de verbas cuja problematização está focada na relação origem – destino, dada a competição entre as entidades em função da “proliferação” de organismos aptos a disputar os recursos.

Conclusões

A complexidade temática levantada a partir do projeto sobre o controle social e suas modalidades de ação com base na pesquisa realizada aponta para um extenso caminho a ser percorrido tanto pelos conselheiros quanto pelos pesquisadores da Política de Assistência Social.

Podemos identificar neste estudo que a Política de Assistência Social é um dos lócus privilegiados de expressão das culturas políticas presentes na sociedade brasileira, em que coabitam idéias de democracia social e práticas assistencialistas e tutelares.

Dessa maneira, entendemos que as ações de controle social realizadas nos conselhos são partes importantes do processo de construção democrática brasileira, na direção de um projeto societário mais justo. Essas ações incidem sobre o próprio entendimento subjetivo das dimensões de cidadania nelas contidas.

Referências

- AVRITZER, L. 2000. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*, **50**:25-46.
- BARDIN, L. 1979. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 225 p.
- BREDEMEIER, S.M.L. 2003. *Conselho Municipal: A Ampliação do Espaço Público para o Idoso*. Tese de Doutorado. PUC- RS, 202 p.
- CASTELLS, M. 1999. *Sociedade em Rede - A era da informática: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1, São Paulo, Paz e Terra, 497 p.
- COHEN, J.L. e ARATO, A. 2000. *Teoria política y sociedad civil*. México, Fondo de Cultura Económica, 683 p.
- DEMO, P. 1995. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. São Paulo, Cortez, 171 p.
- FALEIROS, V. de P. 1982. *A Política Social do Estado capitalista - as funções da Previdência e da Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 175 p.
- FLEURY, S. 1994. *Estados sem Cidadãos*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 350 p.
- HABERMAS, J. 1995. Três Modelos Normativos de Democracia. *Lua nova*, 39-54 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Web site institucional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15/01/2006.
- MINAYO, M.C. de S. 1994. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 269 p.
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social Versão Oficial. 2004. *Serviço Social & Sociedade*, **80**:78, encarte.
- PIES, M. 2005. *Concepção de sociedade civil no governo democrático - popular do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. PPGCSA – Unisinos, 187 p.
- SELLTIZ, C. 1974. *Métodos da pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, EPU, 687 p.
- SILVA, J.O. 1998. *Práticas do serviço Social - Espaços tradicionais e emergentes*. Porto alegre, DaCasa, 175 p.
- SILVA, J.O. 1999. Políticas de Assistência Social e Gestão da Pobreza. *Cadernos CEDOPE*, 1-46 p.

- SILVA, J.O. 2001. *Educação em Saúde: palavras e atos*. Porto Alegre, DaCasa, 85 p.
- SILVA, J.O. 2002. *Demandas Pedagógicas dos Conselhos de Gestão de Políticas Públicas: O Caso da Saúde*. São Leopoldo, RS. Relatório de pesquisa. FAPERGS-UNISINOS, Mimeo, 54 p.
- SILVA, J.O.; BREDEMEIER, S. M. L. e VALENZUELA, M.C. 2002. *Conselhos municipais de Assistência Social e Ampliação da Cidadania*. São Leopoldo, RS. Projeto de pesquisa. UNISINOS-FAPERGS, Mimeo, p 12.
- SILVA, J.O.; BREDEMEIER, S. M. L. e VALENZUELA, M.C. 2005. *Conselhos municipais de Assistência Social e Ampliação da Cidadania*. São Leopoldo, RS. Relatório final de pesquisa. UNISINOS - FAPERGS, Mimeo, 101 p.
- SILVA, J.O.; BREDEMEIER, S. M.L. e VALENZUELA, M.C. 2006. *Sociedade Civil e Controle Social: Um acercamiento teórico*. *Analisis*, 3(3):28-50.
- SOUSA, R.M.S. 2003. O controle social em saúde e cidadania. *Serviço Social & Sociedade*, 74:68-84.
- SPOSATI, A. 1989. *Os direitos dos (des) assistidos sociais*. São Paulo, Cortez, 126 p.
- RAICHELIS, R. 1998. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo, Cortez, 304 p.
- TOVAR, E.P. 2005. Pobreza, movimento social y mujer. *Ciências Sociais Unisinos*, 41(3):183-189.
- VIANNA, V. 1995. Empecilhos à participação popular nas políticas públicas municipais de saúde: a questão da desinformação e do despreparo para lidar com o orçamento público. In: *Anais do 8º Congresso Brasileiro de assistentes Sociais*. Cidade, Estado. Local de publicação, editora, p. 45-47.
- VIEIRA, L. 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro, Record, 403 p.
- YASBECK, M.C. 1998. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo, Cortez, 184 p.